

Discursos e Saberes sobre “Raça”: Bibliografia Portuguesa (1870-1970)

Patrícia Ferraz de Matos

1. Contextualização e objectivos da realização deste trabalho

A realização da Base de Dados Bibliográficos, intitulada *Discursos e Saberes sobre “Raça”: Bibliografia Portuguesa (1870-1970)*, ocorreu entre o período de Junho de 1997 a Julho de 2000, no âmbito do projecto de investigação *Poder e Diferenciação na Costa da Bahia. Identidades Culturais, Etnicidade e Raça em Contextos Multiétnicos*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), com a referência PRAXIS/ PCSH/ ANT/ 42/ 96, sob a coordenação científica de Miguel Vale de Almeida, tendo como equipa de investigação Miguel Vale de Almeida e Susana de Matos Viegas.

No início do referido projecto, que decorreu a partir do Centro de Estudos de Antropologia Social (CEAS/ ISCTE), foi definido que o trabalho de campo dos dois investigadores principais seria articulado com uma pesquisa documental que orientasse uma leitura histórica e antropológica da questão racial e étnica, confrontando a situação contemporânea de Portugal e do Brasil com o seu enraizamento histórico e com o colonialismo português no período do chamado “Terceiro Império Português”.

Enquanto bolsista de investigação no referido projecto, vinculada ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC), fui a responsável pela construção do *layout* da base de dados, assim como pela pesquisa, selecção, classificação e inserção dos registos que fazem parte da mesma. Para alcançar esse objectivo foram realizadas previamente várias leituras teóricas e de contextualização histórica acerca do período sobre o qual incidia a busca de fontes.

Esta base de dados constitui um instrumento muito rico de informação e de grande utilidade para estudiosos e investigadores da temática da “raça” e do colonialismo português. Do seu conjunto fazem parte para já 1044 entradas. Os dados foram organizados inicialmente no programa informático File Maker Pro, mas após uma reconversão informática e graças ao apoio do CEAS, estão neste momento acessíveis *on-line*.

Os materiais (livros, artigos e documentos) que fazem parte da base de dados dizem respeito ao período temporal entre 1870 e 1980. A extensão histórica deste período e o facto

da base de dados reunir informação que, na maioria dos casos, só está disponível enquanto fonte primária, são dois dos factores que importa referir por explicarem a relevância do conteúdo da mesma. Apesar de incompleta, ela constitui, como já referimos, um instrumento valioso de pesquisa. Na investigação que realizei para o mestrado, publicada em 2006 com o título *As Côres do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português* (Matos, 2006), utilizei com enorme benefício alguns dos seus elementos e a informação nela contida.

Uma das características fundamentais do conteúdo desta base de dados é o facto de se tratar do levantamento de materiais sobre os campos de saber essenciais à compreensão do período colonial português desde a década de 70 do século XIX até aos anos 70 do século XX. A natureza do saber expressa na bibliografia compilada é também um mostruário da forma como a identidade nacional, o campo científico e o desígnio político estavam intimamente ligados no projecto colonial português.

O termo “saberes” e a designação “saberes sobre raça”, utilizados no título, devem ser entendidos como ilustrativos de um discurso simultaneamente político e científico que define a “nação” portuguesa como uma nação colonial. Por essa razão, algumas das preocupações dos autores que se debruçam sobre a questão da “raça” e da “identidade nacional portuguesa” relacionam-se também com as colónias portuguesas. Um segundo aspecto descrito na noção de “saberes sobre raça” é o comprometimento da ciência com o campo político e com o poder dominante, no que diz respeito à produção de um “saber colonial” e à afirmação da sua legitimidade.

Este “saber colonial” viria a ser reforçado com o patrocínio de várias instituições, escolas e museus, que financiaram estudos e viagens e permitiram reunir um vasto espólio de obras, trabalhos (publicados ou não) e colecções de objectos. A par disso ocorreram grandes exposições, acompanhadas muitas vezes pela realização de congressos e conferências que contribuíram também para a divulgação de “saberes” sobre as colónias e sobre as suas populações.

Para este projecto de investigação, o terreno brasileiro revelou-se capital para o estudo de “identidades étnico-raciais”. As contradições entre os discursos sobre a ideologia da tolerância racial ancorados, muitas vezes, na ideologia luso-tropicalista (Freyre, 1933), por um lado, e a discriminação humana, a naturalização de hierarquias e a existência de uma grande desigualdade social, por outro, despertaram o interesse pelo estudo destes fenómenos no Brasil. De facto, os estudos clássicos de Gilberto Freyre (1933) e de Pierson (1942) sobre a “democracia racial” e o sucesso da mestiçagem no Brasil contribuíram para a formação

daquela ideologia. Para uma discussão e uma melhor compreensão destes temas a leitura do livro de Miguel Vale de Almeida (2000) que trata os resultados do trabalho de campo realizado na Bahia no âmbito deste projecto de investigação torna-se fundamental. Nele é feita uma apreciação do que foi o colonialismo português, apelando à comparação entre experiências coloniais e pós-coloniais e desenvolvendo uma leitura crítica tanto do lusotropicalismo como do pós-colonialismo.

No período tratado por esta base de dados, contudo, o Brasil já não é uma colónia portuguesa. Ao longo do século XIX, o que se verifica é o lançamento de alicerces em África para construir um novo império sobre as ruínas dos impérios anteriores (Alexandre, 2000). Apesar disso, o Brasil é considerado como o exemplo a seguir nas colónias ainda existentes, principalmente em África. Nos finais do século XVIII e princípios do século XIX, o Brasil foi o destino preferencial da emigração portuguesa. De facto, embora o comércio com a Ásia tenha sido reactivado neste período e se mantivessem os restantes espaços ultramarinos, os recursos do grande país da América do Sul eram muito importantes.

Ainda no primeiro quartel do século XIX, a África começou a ser encarada como um continente onde era possível edificar um “novo Brasil”. E foi num contexto em que a África se tornou quase como um objecto de desejo para várias nações europeias que Portugal realizou todo um grande investimento no sentido de construir o seu derradeiro império. No entanto, é de destacar, por exemplo, que embora já não sendo uma colónia portuguesa, o Brasil tenha participado oficialmente nas Comemorações Centenárias de 1940, tendo estado representado num pavilhão na Exposição do Mundo Português realizada em Lisboa nesse mesmo ano.

Para levar a bom termo este trabalho foram realizadas previamente várias leituras gerais e específicas sobre a história da colonização portuguesa e sobre a contextualização dos fenómenos tratados neste projecto. Posteriormente, foram analisadas distintas possibilidades e constituídas categorias consideradas pertinentes para a elaboração da base de dados e para a classificação dos textos. Por essa razão é importante referir que os textos não foram seleccionados ao acaso e que a sua classificação procurou ser rigorosa.

No âmbito da realização do projecto de investigação no qual este trabalho se insere foram distinguidos dois grandes períodos referentes ao contexto brasileiro: o primeiro relativo à colonização do Brasil (de 1500 a 1822) e o segundo abrangendo o período ditatorial português (de 1926 a 1974) e a influência das teses lusotropicalistas em Portugal.

No que concerne à realização das pesquisas distinguimos três momentos principais, a saber: o período desde os finais do século XIX, passando pelo início do século XX até ao fim da I República, o período que vai de 1926 a 1945 e, finalmente, o período que se situa entre a década de 50 e o final dos anos 70 do século XX. Como se poderá constatar, nestes diferentes períodos encontram-se paradigmas muito distintos que valerá a pena analisar de forma cuidada. Em seguida, referiremos alguns dos factos e momentos importantes que ocorreram no espectro temporal a que se referem os textos da base de dados (1870-1980) e que nos conduziram a propor a periodização anterior.

2. Factos e momentos importantes para este trabalho

No âmbito do período a que se referem os textos incluídos na base de dados destacamos algumas datas e factos que têm por objectivo realçar certos fenómenos que estiveram directamente ligados com os temas tratados nesses textos.

Na **década de 70 do século XIX** surgiram vários discursos sobre a constatação do atraso português da época comparativamente ao período heróico nacional dos séculos XV e XVI e, por outro lado, relativamente ao desenvolvimento técnico, económico e político de outros países europeus que então se destacavam. Nesse período, a ideia de “nação” estava no centro das preocupações dos intelectuais. Contudo, e como referiu José Mattoso:

“Investigar os factos com objectividade, descobrir que nem sempre eram tão gloriosos como isso, que além do ideal da dilatação da fé e do Império também havia o desejo de lucro, correspondia a despojar a Pátria da sua honra, da sua dignidade, e, portanto, a atraí-la naquilo que ela tinha de mais sagrado e de mais íntimo” (1998: 9).

Paralelamente a esses textos foram sendo produzidos outros acerca das origens e originalidade do povo português. Teófilo Braga procurou, através do estudo da literatura, encontrar os caracteres de uma “raça fundadora” portuguesa. Referindo-se ao elemento étnico, procurou indagar sobre a “base tradicional” a partir da “qual se teria elaborado a literatura nacional” (Matos, 1998). Por seu turno, para Antero Quental, assim como para Oliveira Martins, “a nação portuguesa, destituída de uma base étnica individualizada”, resultou da “vontade política e das instituições e não de uma raça entendida como um tipo nacional” (*idem*). Oliveira Martins, Pinheiro Chagas e Adolfo Coelho “contestaram a substantivação dos moçárabes como grupo étnico definido, distinto, e como grupo social” (*idem*).

Em **1875** o publicista e escritor Luciano Cordeiro fundou a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) com o apoio de Andrade Corvo. Desta sociedade faziam parte professores do ensino superior, civil e militar, aos quais se juntaram elementos de profissões liberais, comerciantes, industriais e oficiais do Exército. A criação da SGL foi importante porque permitiu um rejuvenescimento do colonialismo português e estimulou viagens de exploração e conhecimento dos espaços africanos administrados por Portugal.

Na **década de 80 do século XIX** registaram-se as primeiras investigações “antropológicas” em Portugal, que se debruçaram sobretudo no domínio físico da antropologia. No entanto, desde meados do século XIX que surgiram na Europa várias sociedades de antropologia, tendo sido a Sociedade de Antropologia de Paris (1859) pioneira, foram criados museus e foi desenvolvida investigação de domínio antropológico no âmbito de uma história natural do Homem.

O Congresso Internacional de Antropologia realizado em **1880** na cidade Lisboa constituiu também um marco importante, pois foi um incentivo ao desenvolvimento e divulgação de estudos antropológicos. Esses estudos surgiram primeiro na metrópole e estenderam-se depois às então colónias. O interesse pelas colónias veio a revelar-se também com a realização em **1901** do I Congresso Colonial Nacional no qual se reclamou “a organização de comissões de estudo para a fixação dos núcleos de população portuguesa, o estabelecimento dos serviços sanitários e de assistência aos indígenas” e a “organização dos serviços de agrimensura” (Santa-Rita, 1940: 21).

No ano seguinte (**1902**) é criada a Escola de Medicina Tropical que foi transformada em Instituto de Medicina Tropical em 1935. Em 1906 surge a Escola Colonial (vinculada à Sociedade de Geografia de Lisboa), transformada em 1924 em Escola Superior Colonial, e em 1926 o Ministério das Colónias, do qual dependiam os seguintes órgãos: Escola Superior Colonial, Arquivo Histórico Colonial, Agência Geral das Colónias, Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, Conselho Técnico de Fomento Colonial e Instituto de Medicina Tropical, Conselho de Disciplina das Colónias e Depósito Militar Colonial (Cayolla, 1940: 91). Em 1924 é criada a Agência Geral das Colónias (AGC), um dos órgãos que mais contribuiu para a produção e divulgação de eventos sobre as colónias (Matos, 2006). A AGC existiu durante 50 anos, mas de 1951 em diante passou a designar-se por Agência Geral do Ultramar, em resultado de uma revisão constitucional que também alterou a designação de colónias para províncias ultramarinas.

É no âmbito deste renascimento colonial no qual se destacaram várias iniciativas e neste período em que há um maior investimento colonial, de finais do século XIX e inícios do século XX, até aos anos 70 do século XX, quando ocorre a descolonização, que se inserem os textos desta base de dados. De seguida enunciaremos alguns dos eventos particularmente marcantes no período da ditadura e do colonialismo moderno português no século XX que ajudam à leitura da base de dados.

As **décadas de 30 e 40 do século XX** foram marcadas por uma produção intelectual e de propaganda referente às colónias africanas e orientais. O Estado, as empresas e a Igreja promoveram grandes exposições. A década de 30 e o advento do Estado Novo representaram, de certa forma, uma resposta a uma geração que via nas colónias a possibilidade de reviver os anos de glória do império colonial português. Defendia-se, assim, uma continuidade temporal entre a época dos descobrimentos e a colonização desta altura, procurando destacar-se o carácter fraterno da colonização portuguesa que justificava a permanência das colónias sob o domínio português. Avaliando tanto os eventos organizados (exposições, congressos, conferências, etc.), como a imprensa, e outras publicações, apercebemo-nos porém de que não existia concórdia, nem em termos de discursos, nem em termos de práticas. Somos deparados com propostas autoritárias e com a censura do regime salazarista, por um lado, e com a resistência dos nativos dos territórios sob o domínio português e com vozes que se opunham ao sistema colonial, por outro.

Logo em **1930** destacamos o surgimento do **Acto Colonial**, que constituía um projecto político para as colónias, inaugurando uma nova fase na administração colonial portuguesa. O Acto Colonial estabelecia diferenças de direitos e deveres entre os nascidos na metrópole e os colonos, e entre os assimilados e os indígenas¹; além disso, instituía a “tutela” em relação às populações nativas de São Tomé e Príncipe, Guiné, Angola, Moçambique e Timor, possuindo um estatuto especial os naturais de Cabo Verde, do Estado da Índia Portuguesa e de Macau. Embora vinculadas a uma mesma nacionalidade, as muitas sociedades que habitavam o “império português” eram designadas por diferentes “raças”. O Acto Colonial instituiu, então,

¹ Neste contexto indígenas eram, segundo o art.º 2 do Decreto 16: 473 de 6 de Fevereiro de 1929, do Ministério das Colónias, que regulamentou o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas, “os indivíduos da raça negra, ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça; e não indígenas, os indivíduos de qualquer raça que não estejam naquelas condições”. Em resultado da Revisão Constitucional, este estatuto foi revogado em 1954, adoptou-se uma política integracionista e as colónias passaram a ter o nome e o estatuto jurídico de províncias ultramarinas. Este estatuto aprovado em 1954 foi definitivamente revogado em 1961 por Adriano Moreira.

a diferença e a hierarquia entre os habitantes do chamado “império colonial português”, foi integrado na Constituição de 1933 e a sua abolição ocorreu apenas em 1951.

No século XX destacamos a realização dos seguintes congressos: o II Congresso Colonial Nacional (1923) e o III Congresso Colonial Nacional (1930), promovidos pela SGL, nos quais se defendeu que sem um conhecimento científico das colónias não poderia haver administração, a Conferência Imperial Colonial (1933), e em 1934 o I Congresso Nacional de Antropologia Colonial, o I Congresso da União Nacional, o Congresso Militar Colonial e I Congresso do Intercâmbio Comercial com as Colónias. Em 1936 foram realizadas a I Conferência Económica do Império Colonial Português, instituída por Armindo Monteiro, quando ministro das Colónias, e as Conferências de Alta Cultura Colonial, uma iniciativa do ministro das Colónias Francisco Vieira Machado. Em 1937 ocorreram o I Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo e a II Conferência dos Governadores Coloniais. Em 1940 ocorreram os Congressos do Mundo Português em Coimbra, Porto e Lisboa (Matos, 2006). Se atendermos às teses, actas e comunicações destes congressos verificamos que determinados assuntos estão presentes em todos eles, como se houvesse uma procura de solução para os mesmos: regime do trabalho indígena, assistência aos naturais e aos colonos, ensino colonial, missões religiosas, colonização “branca” e “negra”, aproveitamento das instituições indígenas integradas no sistema administrativo, etc. (Botelho, 1940). Verificámos ainda que, numa altura em que o Brasil já não é uma colónia portuguesa, com o evento dos Congressos do Mundo Português lhe é dado um grande ênfase enquanto grande ex-colónia portuguesa. A prova-lo está a organização do Congresso Luso-Brasileiro de História, integrado nos congressos acima referidos (VII Congresso), constituído por três tomos dedicados aos seguintes assuntos: “Do descobrimento à ocupação da costa”, “O ciclo do ouro e dos diamantes” e “O império e a república”.

Também as grandes exposições foram meios de divulgação das colónias e de propaganda do Estado Novo. Entre estas destacamos a Exposição Industrial de Lisboa (1932), a I Exposição Colonial Portuguesa (Porto, 1934), a Exposição Histórica da Ocupação (Lisboa, 1937) e a Exposição do Mundo Português (Lisboa, 1940) (Matos, 2006).

Em **1933** é lançada a primeira edição do livro *Casa Grande & Senzala* do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre onde surgem os fundamentos da ideologia luso-tropicalista. Neste livro, G. Freyre elogia a miscigenação e atribui aos portugueses uma especial aptidão para o contacto sexual com mulheres de “vária cor” que lhe vem da sua condição de povo etnicamente indefinido entre o continente europeu e o africano. G. Freyre valoriza o

contributo dos africanos e dos ameríndios para a formação do Brasil e defende que a sociedade brasileira foi favorecida pela miscigenação que se operou no período colonial.

1934 foi um ano de grande movimentação à volta do tema “aperfeiçoamento da raça”, que em Portugal se relacionou com a questão colonial e, nomeadamente, com a mestiçagem. Grande parte dos trabalhos apresentados no I Congresso Nacional de Antropologia Colonial refere-se a estudos de “antropologia física” realizados com pessoas que vieram das colónias portuguesas para a I Exposição Colonial Portuguesa realizada no Porto. Nesse congresso, antropólogos como Mendes Correia e Eusébio Tamagnini consideraram a miscigenação uma prática reprovável e a evitar.

Em **1937** foi criada em Coimbra a Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos por E. Tamagnini, J. Alberto dos Reis, Álvaro Matos, Rocha Brito e Alberto Pessoa, com a participação em Lisboa e no Porto de Henrique de Vilhena e Mendes Correia, respectivamente. Lembre-se, porém, que já em 1907 tinha sido criada, em Inglaterra, a primeira associação eugénica. No caso português a sua intenção foi a de propagandear ideias de valorização demográfica e responder à necessidade de se criar uma “geração mais forte” (Pimentel, 1998; Matos, 2007). Foi inaugurada durante as Comemorações Centenárias da Universidade de Coimbra com a presença de representantes de vários países, entre os quais o alemão Eugen Fischer, director do Instituto de Antropologia de Kaiser Wilhelm de Berlim (*Diário de Coimbra*, 10/ 12/ 37). A maioria dos presentes na inauguração era constituída por professores da Faculdade de Medicina de Coimbra como, por exemplo: Bissaya-Barreto, Rocha Brito, Anselmo Ferraz de Carvalho e Elísio de Moura. Do Porto e Lisboa, onde as secções da sociedade eram dirigidas por Mendes Correia e Henrique Vilhena, respectivamente, participaram na cerimónia, os médicos Joaquim Pires de Lima, João de Almeida e Sobral Cid. Contudo, numa exposição feita no Senado da Universidade de Coimbra, no dia 25 de Janeiro de 1933, já Tamagnini tinha salientado a necessidade de um Instituto Nacional para o estudo sistemático das questões respeitantes à “higiene da raça” (Tamagnini, 1933).

Durante os Congressos do Mundo Português, realizados em Lisboa no ano de **1940**, o médico e etnógrafo Américo Pires de Lima reprovou a miscigenação. Por seu turno, Jorge Dias, Orlando Ribeiro, Almerindo Lessa e o P.e Lobiano do Rego foram favoráveis à miscigenação e Adriano Moreira considerou-a um acontecimento natural (Castelo, 1998). Embora a recepção inicial da teoria gilbertiana em Portugal tenha sido heterogénea, e não lhe tenha sido dado um grande destaque nos anos 30 e 40, já no período pós-Segunda Guerra

Mundial, verifica-se uma mudança na atitude dos políticos do regime face à ideologia de G. Freyre. Como resultado das pressões anti-coloniais que se exerceram sobre Portugal, numa altura em que os países europeus já tinham concedido a independência às suas colónias, foi necessário proceder a uma reformulação da postura portuguesa face aos territórios ultramarinos e aos seus habitantes. Para isso contribuíram as Nações Unidas e a sua Carta, as Conferências terceiro-mundistas anti-coloniais, principalmente a de Bandung (1955), e a abolição do Acto Colonial (1951) pelo Estado Novo, por exemplo.

Seguindo uma estratégia de defesa e de legitimação da presença portuguesa nas colónias, regista-se nesta altura uma mudança nas designações de “colónias” para “províncias ultramarinas” e de “império” para “ultramar” e assiste-se à elaboração de uma retórica que defende a puricontinentalidade e plurirracialidade dos portugueses. Por outro lado, no ano lectivo de 1954 – 1955 a antiga Escola Superior Colonial passa a designar-se por Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e em 1956 a mesma instituição toma o nome de Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. Com várias alterações e actualizações, fruto das mudanças políticas e sociais do país, tem actualmente a designação de Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP).

A doutrina gilbertiana foi introduzida no campo académico nacional em meados dos **anos 50** por Adriano Moreira na cadeira de Política Ultramarina do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. O critério lusotropicalista também foi aceite por Jorge Dias, Orlando Ribeiro e Almerindo Lessa. O discurso lusotropicalista foi ainda usado por Salazar e Franco Nogueira em entrevistas concedidas a jornais estrangeiros entrando no imaginário nacional. Como referiu Cláudia Castelo, houve nessa altura “uma estratégia clara de instrumentalização da ciência para fins políticos” (Castelo, 1998: 139).

A partir da **década de 50 do século XX**, o Brasil, referido nos Congressos e participante na Exposição do Mundo Português, transforma-se numa inspiração para a colonização portuguesa nos trópicos. Em 1951 G. Freyre visita Portugal e as colónias portuguesas a convite do ministro das Colónias, Sarmento Rodrigues, para de alguma forma tentar comprovar a sua tese luso-tropicalista nos então territórios de além-mar administrados pelos portugueses. Até aos anos 70 do século XX o regime português utilizou a interpretação de Freyre do Brasil para justificar a presença portuguesa em África e o colonialismo português foi propagandeado como “humanista, universalista, multicultural e miscigenador” (Almeida, 2002: 32).

Em **1957** destacamos a criação da Missão de Estudos dos Movimentos Associativos em África, dirigida por Silva Cunha, e a criação da Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, dirigida por Jorge Dias, a partir da qual foram realizadas as suas pesquisas entre os macondes de Moçambique. Segundo José Manuel Sobral, “as representações dos indígenas das colónias influíram no modo como se procedeu à representação etnográfica das culturas provinciais”, no entanto, as obras de Jorge Dias “revelam a sua forte oposição ao *racismo social* vigente em Portugal (...) e ao racismo de um modo mais geral” (2007: 517-518).

A **década de 70 do século XX** trouxe várias novidades desde a independência das colónias portuguesas até aos vários movimentos de emancipação a nível social e político, passando pelas questões que começaram a ser levantadas relativamente ao movimento dos emigrantes.

Considerações finais

Apesar de o passado colonial português nos lembrar o modo foram classificadas racialmente algumas populações e o modo como foi promovida a separação entre “nós” e os “outros” ele também nos lembra o modo como foi promovida e valorizada a miscigenação e a criação de sociedades luso-tropicais. No final dos anos 90 do século XX e inícios do século XXI começam a surgir cada vez mais discursos que evocam o passado comum de Portugal e das suas ex-colónias, que ressaltam a partilha de uma língua e de alguns aspectos culturais que podem incluir a religião, a gastronomia ou a música, entre outros fenómenos, e que constituem processos que merecem ser futuramente investigados e analisados.

Por último é importante referir que esta, como qualquer base de dados, não é um produto pronto e acabado, mas sim passível de ser revisto, aumentado e melhorado, tendo em conta os elementos de novas pesquisas e de investigações que forem sendo realizadas e possam ser proveitosas para este conjunto. Como se percebe facilmente, muitas das fichas não estão totalmente completas e nelas podem apenas constar os seus dados de localização e pouco mais. No entanto, será o interesse futuro nestas temáticas e a realização de mais trabalhos que levarão ao crescimento e aperfeiçoamento deste conjunto.

Para uma pesquisa e leitura mais eficientes da base de dados deverá ser consultado também o seu guia de consulta, potenciando assim as possibilidades de pesquisa e o cruzamento de informações.

Estou receptiva a sugestões de novos textos que possam vir a ser incluídos nesta base de dados em patricia_matos@yahoo.com

Bibliografia

ALEXANDRE, Manuel Valentim Franco. 2000. *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento.

ALMEIDA, Miguel Vale de. 2000. *Um Mar da Cor da Terra: Raça, Cultura e Política da Identidade*. Oeiras: Celta.

ALMEIDA, Miguel Vale de. 2002. “O Atlântico Pardo. Antropologia, pós-colonialismo e o caso ‘lusófono’”. In Cristiana Bastos *et al* (coord.), *Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. P. 23-37.

BOTELHO, Teixeira, 1940, “Discurso inaugural do Congresso Colonial”. In *Congressos do Mundo Português 1940. XIX volume. Programas, Discursos e Mensagens*. P. 199-212.

CASTELO, Cláudia. 1998. *O Modo Português de Estar no Mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.

CAYOLLA, Júlio. 1940. “Organismos e métodos para a aproximação e contacto entre as colónias no sentido da unidade”. In *Congressos do Mundo Português 1940. Comunicação apresentada ao IX Congresso: Congresso Colonial*. Tomo 3.º. III Secção. P. 91.

Diário de Coimbra, de 10 de Dezembro de 1937. Coimbra.

FREYRE, Gilberto. 1980 (1933). *Casa Grande & Senzala, Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. 20.ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

MATOS, Patrícia Ferraz. 2006. *As Côres do Império. Representações Raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

MATOS, Patrícia Ferraz de. 2007. “Oximórons do Império - as buscas da perfeição ao serviço da nação”. In *Actas do III Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia – Afinidade e Diferença*. Lisboa: APA. Disponível em:

<http://www.apantropologia.net/publicacoes/actascongresso2006/cap1/MatosPatriciaFerrazde.pdf>.

MATOS, Sérgio Campos. 1998. "A formação de Portugal". In *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Colibri. P. 313-350.

MATTOSO, José. 1998. "A morte d' Os Lusíadas". *História*. Ano XX. (Nova Série). N.º 2. Maio. P. 8-9.

PIERSON, Donald. 1942. *Negroes in Brazil: a study of race contact in Bahia*. Chicago: University of Chicago Press.

PIMENTEL, Irene. 1998. "O aperfeiçoamento da raça. A eugenia na primeira metade do século XX". *História*. Ano XX. N.3. Junho 1998. P. 18-27.

SANTA-RITA, José Gonçalo. 1940. "A investigação científica portuguesa nos últimos 100 anos". In *Congressos do Mundo Português. 1940. Comunicação apresentada ao IX Congresso: Congresso Colonial*. Tomo 1.º. I Secção. P. 11-30.

SOBRAL, José Manuel. 2007. "O Outro Aqui Tão Próximo: Jorge Dias e a Redescoberta de Portugal pela Antropologia Portuguesa". *Revista de História das Ideias*. Volume 28. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias. P. 479-526.

TAMAGNINI, Eusébio. 1933. "Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos". *Arquivo de Anatomia e Antropologia*. XVI. Lisboa. P. 111-134.